



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**MEMÓRIAS DO ENSINO DA MATEMÁTICA NO GRUPO ESCOLAR
DOM ROMUALDO DE SEIXAS – CAMETÁ/PA (1960 - 1970)**

**Romulo Everton de Carvalho Moia⁵⁶⁸
Maria Lúcia Pessoa Chaves Rocha⁵⁶⁹
Osvaldo dos Santos Barros⁵⁷⁰**

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo descrever e analisar as práticas educativas no ensino da matemática nos anos iniciais da escolarização no Grupo Escolar Dom Romualdo de Seixas - GEDRS (1960-1970). Para tanto, o trabalho aborda o processo de criação e implantação dos Grupos Escolares primeiramente no Brasil, iniciando em São Paulo, e em seguida enfatizando sua propagação pelo Estado do Pará. Tratamos também sobre a institucionalização do GEDRS na cidade Cametá/PA e suas influências educacionais na região do Baixo Tocantins. Logo após, realizamos uma exposição das memórias de educadores do GEDRS que fizeram parte do contexto educacional compreendido entre 1960 e 1970, onde relataram suas vivências quanto ao ensino da matemática. E por fim, concluímos o trabalho com algumas considerações observadas, tanto com o decorrer da pesquisa quanto aspectos relacionados com as descrições das memórias dos personagens do GEDRS, observando que em Cametá o cenário educacional não acompanhou o desenvolvimento educacional retratado no contexto nacional vigente.

Palavras-chave: Educação. Matemática. Grupos Escolares.

⁵⁶⁸ Mestrando da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Belém. Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas – PPGECEM. E-mail: romuloecm@ufpa.br

⁵⁶⁹ Docente do Instituto Federal do Pará – IFPA, Campus Belém. E-mail: lucia.rocha@ifpa.edu.br

⁵⁷⁰ Docente da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Abaetetuba. E-mail: osvaldosb@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Pesquisar o ensino da matemática através das memórias dos indivíduos (professores e alunos) que vivenciaram contextos passados, contribui de alguma forma na construção dessa história da matemática em diferentes contextos.

Esse trabalho se solidificou a partir do conhecimento da visão histórica e pedagógica sobre a matemática do Grupo Escolar Dom Romualdo de Seixas - GEDRS. Ele faz parte da dissertação de Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas em fase de conclusão. Para tanto, passamos a observar que as práticas de ensino de matemática e o perfil docente que as desenvolvem se moldam ao contexto em que estão inseridos, subsidiados por uma estrutura educacional vigente.

Para fundamentar nosso estudo, realizamos um levantamento bibliográfico acerca da criação e institucionalização dos Grupos Escolares, relatando um breve histórico sobre a educação brasileira. Esse levantamento proporcionou uma visão mais ampla sobre tema. Além disso, realizamos consultas em trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações, teses) que trataram sobre Grupos Escolares e educação matemática.

Além disso, abordaremos a descrição de relatos de memória de educadores, principalmente, sobre as práticas de ensino da matemática no período em questão. Acrescentamos também, a partir dos sujeitos pesquisados, o perfil docente e os mecanismos utilizados para avaliação de ensino.

CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

A partir da Revolução Industrial, a sociedade sai da vivência predominantemente rural e passa a ocupar o espaço urbano. Esse cenário desencadeou novos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. A industrialização e posterior urbanização tiveram duas principais consequências. A primeira está relacionada a ascensão de uma nova classe social, a burguesia; já a segunda, voltada para um novo modelo de escola primária, denominado Grupo Escolar.

Após a Proclamação da República, em 1889, propagou-se a ideia de que reformas na ordem social, política e econômica eram necessárias. Além disso, como menciona Costa (2011, p.24), ficou mais forte a crença “de que a educação seria o mais forte instrumento

para a consolidação de regime republicano e a construção do país moderno, capaz de oferecer ao povo as condições de sua inserção no regime democrático representativo”.

O modelo de instituição de ensino denominado Grupo Escolar foi exportado da Europa e Estados Unidos. Incorporava uma concepção de escola moderna, reunindo, em um único prédio, várias turmas com distribuição de alunos em salas aulas e um maior contingente de docentes. Este fato marcou um período de renovação do ensino público brasileiro.

Além disso, Silva (2010, p. 28) relata que os Grupos Escolares foram criados em oposição ao formato de organização educacional no Período Imperial, as Escolas Isoladas, as quais funcionavam em ambientes distintos. A quebra com “os modelos anteriores, aqueles considerados como tradicionais, fazia parte da busca de um ensino com configurações modernas”.

No Brasil, os grupos escolares surgiram no final do século XIX e se propagaram pelos estados brasileiros durante as primeiras décadas do século XX. Esse processo foi desencadeado principalmente com a Proclamação da República. Sua implantação tinha como objetivo mostrar a organização de um no sistema de governo por meio da educação do povo. A arquitetura dos grupos escolares era de grande porte para a época. Eram prédios monstruosos construídos em meio a pequenas casas para simbolizar que o desenvolvimento do país só seria alcançado por meio de uma educação de qualidade (GARNICA e SOUZA, 2012, p. 29).

A partir de São Paulo, outros estados do território brasileiro seguiram a mesma política educacional. França (2013, p. 04) destaca que:

Nas duas primeiras décadas do regime republicano os grupos escolares foram regulamentados e instalados nos Estados de São Paulo (1894); do Rio de Janeiro (1897), Maranhão e Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910), de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e do Piauí (1922), tendo sido extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692.

(FRANÇA, 2013, p. 04).

A organização escolar modificou-se com a implantação e posterior difusão do modelo educacional denominado Grupo Escolar. Gomes (2012, p.17) relata que um Grupo Escolar reunia as classes em séries – no máximo quatro ou cinco – estruturadas

progressivamente de acordo com o grau de desenvolvimento da criança, cada série numa única sala sob a responsabilidade de um professor.

Segundo Costa (2011, p. 24), na Primeira República, o objetivo educacional era uma educação das classes populares. Para tanto são criadas as escolas normais⁵⁷¹, opondo-se às escolas isoladas⁵⁷², que chegaram a funcionar na residência dos próprios professores. As escolas normais propunham um sistema de ensino organizado e sob o controle do estado.

Costa e Valente (2014, p. 1-2) complementam dizendo que os grupos escolares configuraram-se:

como uma escola urbana, moderna e complexa, os primeiros grupos escolares são instalados no interior do estado (São Paulo) em prédios especialmente construídos para abrigar a instituição, adotando uma arquitetura monumental e edificante que coloca a escola primária à altura de suas finalidades políticas e sociais, servindo para propagar a divulgação dos governos do estado.

(COSTA e VALENTE, 2014, p. 1-2).

A política educacional republicana estava voltada em atingir primeiramente uma camada social fora dos grandes eixos urbanos. Dessa maneira, era possível mostrar a população que uma educação de qualidade poderia chegar a todos os lugares, não só na capital como também pelo interior.

No entanto, os grupos escolares, legalmente, foram extintos. Sua extinção foi oficializada em 1971 através da promulgação da Lei nº 5692 (FRANÇA, 2013, p. 04).

OS GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DO PARÁ

O estado do Pará, assim como em outras unidades da federação, aderiu a esse contexto de mudança, principalmente relacionado à educação. No entanto, essa mudança não se realizou de maneira natural, mas, sobretudo como consequência do seu meio social e político o qual passava a sociedade paraense daquela época.

Segundo Bencosta (2001, p. 106), “a iniciativa paulista de organização do ensino [...] público, através dos grupos escolares, iniciado nos fins do século XIX, certamente

⁵⁷¹ Escolas Normais eram escolas destinadas a formação de professores primários. No Brasil, iniciou em 1835 com a fundação de uma Escola Normal em Niterói. Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/196/197>

⁵⁷² Escolas Isoladas era uma denominação dada às escolas preliminares.

instigou as demais unidades da federação [...] em adotar [...] a experiência desse tipo de escola em seus Estados”.

De acordo com Cardoso (2013, p. 27), assim como em todo território nacional, no Pará, principalmente em Belém, já passava por mudanças em vários seguimentos, com destaque para o político, o econômico e o educacional. Em relação ao quadro político a mudança era proveniente da proclamação da República. Com relação a economia, o estado passava por um período próspero gerado pela comercialização da borracha, onde se tornou referência na exportação de látex juntamente com Manaus.

No Estado do Pará, a República veio no período de desenvolvimento econômico gerado pelo Ciclo da Borracha, período conhecido como Belle Époque. Politicamente, haviam embates entre dois partidos, o Partido Republicano Paraense (PRP) e o Partido Republicano Democrático (PRD). O primeiro exercia o controle do poder político; e o segundo opositor a ele (CARDOSO, 2013, p. 28).

Com a proclamação da República, o que se defendia no Pará era que a educação seria um elemento básico para moldar os indivíduos para viver uma nova fase da história, com ideias modernas e com entusiasmo de desenvolvimento para se chegara a uma república idealizada, sem contradições, onde os consensos hegemônicos dos homens estavam consolidados pelas instruções das experiências de conhecimentos.

O controle da população e a necessidade de se criar uma moral educadora eram implicações para o reordenamento e embelezamento do espaço urbano e para inserir Belém no mundo moderno, resolvendo problemas graves como da insalubridade e acompanhar o desenvolvimento nacional que o país passava.

A partir da implantação da República, as discussões entre intelectuais, políticos e educadores paulistas fluíam para um tipo de escola primária que pretendia ser moderna e diferente daquela existente no Império. Bencosta (2001, p. 107), complementa, afirmando que para a

“recém instalada república brasileira, a experiência inovadora das escolas primárias graduadas - ou grupos escolares, como vieram a ser denominadas - foi entendida como um investimento que contribuiria para a consolidação de uma intencionalidade que procurava, por sua vez, esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal”.

(BENSCOSTA, 2001, p.107).

Com isso, é notório o interesse da elite “intelectual” brasileira da época em mudanças na educação no país. Uma educação com estrutura e condições de aprendizagem

voltada para a população desfavorecida. O símbolo dessa mudança foi a criação dos Grupos Escolares, inicialmente com a denominação de escolas primárias graduadas. No entanto, mudanças na estrutura educacional ocorrem, mas não de forma igualitária.

Tomou posse, em 12 de maio de 1890, o Dr. José Veríssimo Dias de Matos para o cargo de Diretor Geral da Instrução pública, assumindo seu cargo no dia 17 do mesmo mês. Em reunião com os professores apresentou seu programa de ensino. “Expos suas ideias e opiniões a respeito da instrução pública como fator certo, incontestável e definitivo da prosperidade nacional, traçou o seu belo e patriótico programa” (PARÁ, 1987)⁵⁷³.

Em 1898, assumiu o governo do estado o Exmo. Sr. Dr. José Paes de Carvalho. O governador deu seguimento ao projeto de desenvolvimento da educação iniciada pelo Dr. Justo Chermont. A escola primária foi alavancada a partir do Decreto nº 625 de 02 de janeiro de 1899, onde permitiu que professores normalistas assumissem disciplinas que não possuíam profissionais titulados e instituiu os grupos escolares (PARÁ, 1987).

Os grupos escolares foram considerados o melhor tipo de escola graduada primária da época. Desempenharam importante papel na evolução do ensino paraense (PARÁ, 1987).

Em 1901, foi inaugurado o primeiro grupo escolar de Belém, recebendo o nome José Veríssimo “em homenagem àquele que desde o início do século XX já havia reivindicado ao governo republicano a criação desse espaço escolar, construído com base nas exigências da pedagogia moderna” (FRANÇA, 2013, p. 04).

No Pará, a primeira referência feita aos Grupos Escolares está disposto na legislação de ensino em 1899. O primeiro grupo escolar da capital foi regulamentado pelo decreto nº 935 de 7 de janeiro de 1901. já no interior, o pioneiro foi no município de Alenquer, criado pelo Decreto nº 722 de 10 de janeiro de 1899 (PARÁ, 1987).

Tal decreto estabelecia que os grupos escolares:

seriam criados preferencialmente nos distritos escolares da capital e na sede dos municípios, onde o poder público municipal fornecesse prédios apropriados para o seu funcionamento ou terreno amplo para a sua edificação, devendo atender no máximo trezentos alunos de ambos os sexos. A direção do grupo escolar era exercida por um diretor diplomado pela Escola Normal, indicado pelo Diretor Geral e nomeado pelo governador do estado. Na falta desse profissional, pessoa idônea de

⁵⁷³ Pará, 1987 não possui página por se tratar de um Documentário referente à educação do Estado do Pará e foi construído sem numeração de páginas.

reconhecida experiência no ensino, poderia também assumir essa função. Ao diretor compete a direção e fiscalização do ensino.

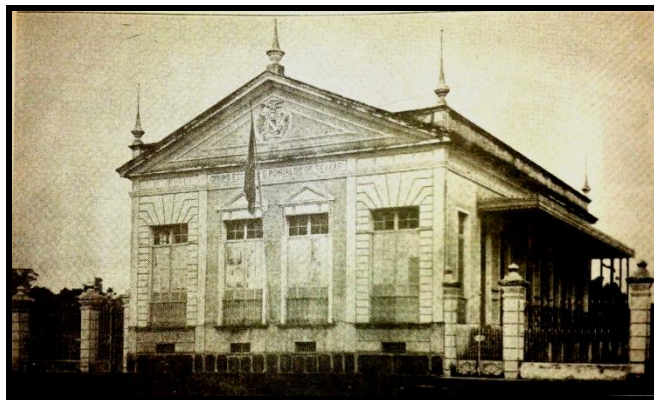
(FRANÇA, 2013, 06)

De acordo com França (2013, p. 08), durante os anos de 1899 a 1905, no Pará, foram criados 25 (vinte e cinco) grupos escolares, tanto na capital (Belém) como no interior.

O GRUPO ESCOLAR DOM ROMUALDO DE SEIXAS

O Grupo Escolar Dom Romualdo de Seixas – GEDRS, ver Imagem 1, foi instalado em Cametá em 12 de outubro de 1899, no governo de José Paes de Carvalho. O grupo funcionou inicialmente no prédio da antiga agência dos correios, na esquina da Rua 24 de outubro, atual Frei Cristóvão de Lisboa e apresentava como primeiro diretor o cametaense Capitão Agapito Lopes Paes.

Imagem 1 – Grupo Escolar Dom Romualdo de Seixas



Fonte: PARÁ, 1987.

Sobre a fundação, A Educação no Pará: documentário descreve que o GEDRS foi

criado pelo Decreto nº 896 de 19 de setembro de 1900. O prédio, onde atualmente funciona, foi construído pelo Governador Augusto Montenegro e inaugurado em 12 de outubro de 1905. Antes funcionou em amplo prédio à Rua Dr. Lyra Castro, nº 59, de propriedade da viúva Alves da Silva, onde esta residia e numa de suas dependências funcionava o Correio.

(PARÁ, 1987)

Seu prédio localiza-se na Praça Deodoro da Fonseca, atual Praça da Cultura, foi projetado pelo engenheiro Lucas de Barros, seguindo um projeto padrão, executado também no município de Castanhal e Bragança. O mestre Álvaro de Amorim foi o responsável pela construção do prédio em Cametá, a qual apresentava mão-de-obra assalariada. O prédio foi concluído e inaugurado por volta de 1905, já no governo estadual de Augusto Montenegro; sua denominação foi em homenagem ao cametaense Dom Romualdo de Seixas, o qual teve grande envolvimento na história do Pará, como político, religioso e administrador.

A construção e a utilização deste prédio no início do século XX retratava a riqueza da região amazônica que tinha sua economia baseada na exportação da borracha e do cacau. Os filhos de Cametá que concluíam o ensino elementar e tinham posses, costumavam ir estudar na capital do Estado, no Rio de Janeiro – na época capital federal – ou mesmo na Europa.

MEMÓRIAS DOS EDUCADORES

Os professores selecionados para este trabalho de pesquisa, através de seus relatos, puderam compartilhar suas vivências e experiências quando lecionaram na instituição de ensino Grupo Escolar Dom Romualdo de Seixas – GEDRS.

O primeiro tema a ser abordado está relacionado ao perfil docente. Como os professores de matemática eram classificados e como eram vistos em duas vertentes, tanto dos próprios professores como pela comunidade escolar.

De acordo com a Professora Francisca do Carmo Estumano Gaia, nas décadas de 1960 e 1970, os professores eram muito cobrados e, por conta disso, tinham um perfil exigente com seus alunos, pois se consideravam como principais agentes responsáveis pelo ensino dos mesmos. Em seu relato, ela indaga que:

“Como nós éramos muito cobrados, tínhamos que ser muitos exigentes com nossos alunos, até porque naquela época a responsabilidade da educação das crianças era toda dos professores. Os pais não participavam do processo de formação dos filhos. Diferente dos dias atuais. Nós, professores, éramos muito respeitados. Hoje não seria professora por hipótese alguma”.

Para a Professora Celina Franco Pereira, o professor de matemática era visto como um ser rígido e disciplinador, que exigia muito dos alunos, mas que se fazia necessário por entender que agindo dessa forma conseguiria manter o controle das aulas e obter êxito no final de cada ano letivo. Sobre sua própria pessoa,

“Me achava durona em minhas aulas, mas no sentido de ser responsável, mas que tinha muita preocupação com os alunos, em determinado tempo as notas eram arredondadas, por exemplo se o aluno tirava 7,7 eram arredondados para 7,5 os 0,2 décimos eu guardava para somar com outra nota da avaliação seguinte. Eu era exigente sim, mas não injusta, tinha compromisso com os alunos e a família”.

Segundo a professora Lena Parijós, nas décadas de 1960 e 1970, o professor exercia um perfil de comprometimento com os alunos onde eles eram professores bastante exigentes e disciplinados. Para ela:

“O professor era mais comprometido com a educação dos alunos, na época que eu trabalhei, éramos disciplinadores e exigíamos muito deles, tudo era colocado e explicado no quadro e os mesmos tinham que transcrever para seus cadernos.”

O segundo ponto trabalhado refere-se aos materiais didáticos adotados em sala de aula. O que era utilizado pelos professores para ministrar suas aulas.

A respeito disso, a professora Francisca do Carmo Estumano Gaia enfatizou que era uma coisa simples, onde ela trabalhava somente as quatro operações usando tabuadas confeccionadas pelos próprios alunos em sala de aula. Ela trata que:

“Vinha uma caderneta da secretaria de educação, onde tínhamos o controle dos alunos, o ensino da matemática se resumia nas quatro operações, utilizávamos apenas a tabuada que era construída em sala de aula.”

Já a professora Celina Franco Pereira explanou sucintamente sobre aos materiais didáticos utilizados na época. A professora utilizava apenas o livro didático, tabuada, lousa e giz, os alunos não recebiam livros e a tabuada era feita pelos mesmos em sala de aula.

“Os alunos não usavam livros, só quem usava eram nós os professores para preparar nossas aulas, passadas na lousa os apontamentos, então os alunos tinham que copiar nos cadernos que eram feitos com folha de papel almaço, pois durante muito tempo, os livros não vinham para os alunos, os professores que tinham que ir até Belém procurar os livros nas Editoras, os professores que tinham que arrumar os livros para poder trabalhar suas aulas, isso não durou muito tempo, depois os

representantes das editoras vinham até as escolas oferecer os livros, quando comprávamos os livros, eles forneciam os manuais dos professores que já vinham todos completados com as atividades”.

Para a Professora Lena Parijós, os materiais utilizados em sala de aula eram simples e tradicionais, onde o professor tinha apenas um manual como guia para auxiliá-lo, trabalhando assim com a lousa, o giz e a tabuada decorativa para as quatro operações da matemática.

“Usamos o livro didático que vinha para a secretária, nós professores íamos até lá escolher que livros adotariamos, e nem era um livro específico de cada disciplina, era uma espécie de manual do professor, nas aulas de matemática o que mais usávamos era a lousa e o giz e também a tabuada.”

Outro ponto discutido com as professoras estava relacionado ao processo avaliativo trabalhado com os alunos.

Sobre a avaliação dos alunos, a professora Francisca do Carmo Estumano Gaia nos conta que a única forma de avaliá-los era através de provas escritas aplicadas mensalmente.

“Os meus alunos como eu trabalhava com 1ª e 2ª série a prova era escrita, feita toda na lousa mesmo, aplicada mensalmente, daí tinha cuidado em panejar as aulas, pois, eles eram sempre submetidos à avaliação. Essa era a única forma de avaliá-los”.

Enfatizando sobre a forma de elaboração e aplicação das avaliações com os alunos. A Professora Celina Franco Pereira expôs que as provas eram semestrais e vinham diretamente de Belém, o professor apenas aplicava. Para os alunos do 5º ano era feito uma prova oral no final do ano, o aluno não tinha acesso as suas notas, somente nesse momento que tinha conhecimento, pois só assim saberiam se estavam aptos a fazerem a prova oral. Esse exame garantia a certificação e o acesso ao Ginásio que funcionava no Instituto Nossa Senhora Auxiliadora.

“As provas vinham todas de Belém, o professor regente não podia aplicar as avaliações para os alunos, eram convidados outros professores de outras séries para realizar a aplicação das avaliações, isso acontecia em meados das décadas de 1960 e 1970. As provas que vinha de Belém eram chamadas de exame de admissão em que o aluno fazia no Primário para poder entrar no Ginásio, caso fossem aprovados, ganhavam um cartão de admissão. Os professores tinham medo de não terminar os conteúdos, pois não sabiam o que ia cair na prova de admissão, por isso se preocupavam exclusivamente em passar os conteúdos”.

A professora Lena Parijós afirmou que realizava as avaliações através de provas formuladas por ela mesma.

“As avaliações eram formuladas por nós professores da escola, nessa época não mais vinha de Belém, elaborávamos de acordo com os assuntos trabalhados em sala de aula, as provas nesse momento eram bimestrais”.

Ela complementa descrevendo que suas avaliações faziam relações com os conteúdos estudados em sala de aula acontecendo de forma bimestral. Assim os alunos eram avaliados se realmente tinham aprendido os conteúdos estudados no decorrer das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da República modificou-se o cenário administrativo do Brasil. Houveram diferentes mudanças no país. O sistema educacional brasileiro passou por transformações, pois havia a necessidade de melhorias em toda essa política educacional do país. Essa necessidade de reformas fazia-se necessário para tentar dar prestígio a educação, perdida durante o império.

Uma das iniciativas foi a criação dos Grupos Escolares. Reuniam em um único prédio várias turmas divididas em séries e por faixa etária, sob a responsabilidade de um gestor. Foi a união das escolas isoladas num mesmo espaço.

O modelo de ensino denominado Grupo Escolar foi implantado primeiramente no Brasil no Estado de São Paulo em 1892 e se propagou pelos demais estados federativos. No Pará, sua implantação ocorreu em 1899, primeiramente no interior do estado.

Em Cametá, o Grupo Escolar Dom Romualdo de Seixas – GEDRS foi implantado em 1900, formando cidadãos do próprio município e região do Baixo Tocantins.

Quanto ao ensino de Matemática, podemos observar nos relatos dos educandos que as práticas de ensino eram tradicionais. Professor transmissor e aluno apenas receptor de conhecimentos.

Os professores de Matemática tinham um perfil rígido e disciplinador, isso se justificava para manter o controle da turma. A sociedade cobrava dos docentes atitudes

firmes quanto aos alunos, pois eram considerados formadores de cidadãos e responsáveis pela educação de seus filhos.

Em relação aos mecanismos avaliativos de Matemática, duas professoras relataram que realizavam avaliações bimestralmente e formuladas por elas próprias. Já uma professora relatou que as avaliações vinham de Belém para serem aplicadas no próprio município. Mas quem aplicava não era o próprio professor da turma e sim outro docente convidado.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. **Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928)**. Educar, n. 18, p. 103-141, Curitiba. Editora da UFPR, 2001.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. **“Alma e Coração”:** o instituto histórico e geográfico do Pará e a constituição do corpus disciplinar da história escolar no Pará Republicano (1900-1920). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2013. Orientação de Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha.

COSTA, Renato Pinheiro da. **O Grupo Escolar Lauro Sodré em Face da Política de Expansão do Sistema Escolar no Estado do Pará: institucionalização, organização curricular e trabalho docente (1968-2008)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2011. Orientação do Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **A Implantação dos Grupos Escolares no Estado do Pará**. VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá/MT. UFMT, 2013. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf>.

GARNICA, Antônio Vicente e SOUZA, L. A. **Elementos da Educação Matemática**. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2012.

PARÁ, Secretaria de Estado de Educação. **A Educação no Pará: Documentário**. Belém, SEDUC, 1987.

SILVA, Francinaide de Lima. **O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908-1928): Vinte Anos de Formação de Professores**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Natal, 2010. Orientação Prof^ª. Dr. Maria Arisnete Câmara de Moraes.